



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB  
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ÍTALO FELIPPI DE FARIAS SILVA**

**O PÚBLICO E O PRIVADO NA VELHA FEIRA DA  
PRATA: ENTRE ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2011**

ÍTALO FELIPPI DE FARIAS SILVA

# O PÚBLICO E O PRIVADO NA VELHA FEIRA DA PRATA: ENTRE ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do certificado de graduação.

Orientador: Prof. Dr. Josemir Camilo de Melo

CAMPINA GRANDE – PB  
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S586p

Silva, Ítalo Felippi de Farias Silva.

O publico e o privado na velha feira da prata  
[manuscrito]: entre estratégias e prátcas /Ítalo  
Felippi de Farias Silva. – 2011.

50 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro  
de Educação, 2011.

“Orientação: Profa. Dra. Patricia Cristina Aragão de  
Araújo, Departamento de História”.

1. Comércio Informal 2. Feira da Prata 3. Estratégia  
e Tática 4. Público e Privado I. Título.

21. ed. CDD 381.18

**ÍTALO FELIPPI DE FARIAS SILVA**

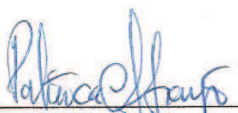
## **O PÚBLICO E O PRIVADO NA VELHA FEIRA DA PRATA: ENTRE ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção da graduação.

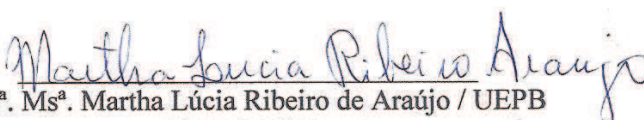
Aprovada em 25/11/2011.



Prof.<sup>o</sup> PHD Josemir Camilo de Melo / UEPB  
Orientador



Prof. Dr. Patricia Cristina Aragão de Araujo / UEPB  
Examinadora



Prof.<sup>a</sup> Ms.<sup>a</sup> Martha Lúcia Ribeiro de Araújo / UEPB  
Examinadora

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha família, aos mestres e, principalmente, ao professor Josemir Camilo por contribuir de forma condicionante a realização desta monografia.

## AGRADECIMENTOS

A minha esposa Elba Cristina de Melo pela paciência nas intermináveis horas de dedicação ao estudo.

A minha mãe Hulda Farias pelo incentivo à leitura e busca incansável do conhecimento, ensinando-me sempre, que seria o mais valioso bem que o ser humano poderia adquirir.

A meus avós Rosemiro Joaquim da Silva e Hilda Farias Silva pelo carinho, acolhida e compreensão.

A minha tia Miriam Vitoriano (*in memoriam*) pela riquíssima contribuição intelectual que me deu até mesmo nos momentos mais difíceis e últimos dias de sua vida.

A meus irmãos Caio e Clara Farias Tavares pela disponibilidade em ajudar sempre.

Ao meu querido amigo João Pedro de Andrade Filho, incansável companheiro sempre auxiliando, incentivando, sugerindo e corrigindo quando necessário.

A Hazencleve Freire de Medeiros, meu patrão, amigo, mestre, companheiro, que muito me incentivou, permitindo, inclusive que eu usasse o espaço de trabalho para estudar.

Ao professor Josemir Camilo de Melo pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Aos professores do Curso de Licenciatura Plena em História da UEPB, em especial, Faustino Teatino Cavalcante Neto, Vanuza Souza Silva, Manuela Aguiar A. de Medeiros, Adonhiran Ribeiro dos Santos, Alberto Edvanildo S. Coura, Anselmo Ronsard Cavalcanti, M<sup>a</sup>. José Silva Oliveira, Matusalém Alves de Oliveira, que contribuíram ao longo dos cinco anos, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta monografia.

Aos funcionários da UEPB, principalmente da coordenação de História, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

velha feira chão batido  
alegria traz sustento  
mais esperto é o ambulante  
que não faz nem pagamento  
nova feira injustiça  
quem tinha banco perdeu  
o melhor que foi proposto  
transformado no desgosto  
de quem na vida só sofreu  
tem sua própria cultura  
rapadura e embolada  
cana brejeira e cocada  
doce farinha e queixada

socada nessa mistura.

Caio Farias Tavares

### ***RESUMO***

Este trabalho monográfico é sobre a Feira da Prata, realizada na cidade de Campina Grande-PB. Para tanto historiamos a origem da feira, remetendo-nos à Europa para verificar como se revelavam o público e o privado. Em seguida investigamos a sua origem no Brasil, afinando nossa pesquisa, passando pelo Nordeste, Paraíba, Campina Grande, até chegarmos ao nosso real objeto de pesquisa, a Feira da Prata. Como aporte teórico metodológico nos faremos valer de Michel de Certeau e Hanna Arendt, que discutem respectivamente estratégia e tática e o público e privado. Logo, na Feira da Prata serão analisados os mais diversos aspectos, relativos a essas duas abordagens, uma vez que nela encontraremos terreno fértil para aplicar os conceitos em questão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feira da Prata, Estratégia e tática, público e privado.



## *A B S T R A C T*

This monograph is about the Silver Fair, held in the city of Campina Grande-PB. For many historians the origin of the fair, sending us to Europe re revealed to see how the public and private. Then we investigate its origin in Brazil, funneling our research, through the Northeast, Paraiba, Campina Grande, until we reach the real object of our research, the Fair Plate. As a theoretical contribution will vigorously enforce the methodology of Michel de Certeau and Hannah Arendt, who discuss their strategy and tactics and the public and private sectors. Thus, the Fair Plate will be analyzed the various aspects relating to these two approaches, since it will find fertile ground to apply the concepts in question.

**KEYWORDS:** Fair Plate, strategy and tactics, public and private

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	A FEIRA E SUAS ORIGENS.....	19
3.	FEIRA NO BRASIL.....	23
3.1	FEIRA NO NORDESTE.....	27
3.2	A FEIRA DE CAMPINAGRANDE:..... e as origens do público e do privado entre nós	29
4.	A FEIRA DA PRATA.....	36
4.1	FEIRA PÚBLICA, ESPAÇO PRIVADO.....	39
4.2	AS TÁTICAS DOS FEIRANTES.....	42
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS.....	47

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como premissa abordar algumas especificidades acerca da Feira da Prata, realizada no bairro da Prata, situado próximo ao centro da cidade de Campina Grande/PB. Acreditamos que todo recorte espacial/temporal realizado pelo pesquisador, tem muito do seu interesse e intencionalidade em evidenciar para outrem o seu lugar social. O que pensamos, vivemos, acreditamos fica intrínseco em nossa pesquisa e conseqüentemente em nossa escrita. Tornar público o privado observando o rigor metodológico exigido pela academia será uma de nossos pré-requisitos.

Fez-se presente em todas as fases do trabalho, uma investigação pessoal sobre a origem daquela feira, acreditamos que as indagações e a conseqüentemente busca por informações foi algo natural por termos uma aproximação visceral com o objeto de estudo. A Feira da Prata permeou todas as fases da nossa vida, desde a mais tenra infância, passando pela adolescência e por fim a fase adulta.

Frequentar a feira da prata aos domingos, quando a mesma funcionava em toda sua plenitude, uma vez que a maioria dos feirantes vendiam suas mercadorias em outras feiras da cidade e até de alguns municípios vizinhos durante a semana, era uma verdadeira tradição para os campinenses, especialmente para os moradores do Bairro da Prata, como era nosso caso.

Na fase adulta da nossa vida, tivemos oportunidade de lá comercializar lanches, no período compreendido entre abril a setembro de 2007. Pudemos observar, in loco, como se dão as relações e normas ocultas vigentes nesse espaço, fizemos grandes amizades que nos incentivou ainda mais dirigir um estudo sobre aquele rico espaço social, permeado por relações que nem sempre são observadas pela sociedade campinense.

Após a aquisição da “feira” pela Prefeitura da cidade de Campina Grande, conseguimos um ponto comercial no ano de 2009 e lá praticamos o nosso comércio até os dias de hoje. Vendemos óculos, bonés, brinquedos, bijuterias, enfim uma infinidade de produtos.

A oportunidade de tornar científica nossas indagações teve início a partir da proposição feita em sala de aula, no ano de 2008, pelo docente Josemir Camilo do componente curricular intitulado “Projeto de Pesquisa” ministrado no quarto ano do curso de Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual da Paraíba.

Buscamos elaborar um projeto científico, que sua execução estivesse compreendida em período estimado em seis meses. Teríamos que buscar nessa pesquisa algo relacionado

com a história local, ou seja, que primasse inferir especificidades do município em que vivemos. Optamos por inferir em nosso projeto a Feira da Prata, que não é a principal feira da cidade, entretanto tem algumas especificidades que a diferenciam das outras existentes na localidade. Podemos salientar nesse sentido a dúbia relação entre o público e privado, que confunde o discernimento de seus frequentadores mais assíduos no que tange essa característica.

Podemos dizer que a metodologia é a forma de orientação que levará o pesquisador a andar pelo “caminho das pedras” a fim de atingir os objetivos da pesquisa, ajudando-o “a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e criativo” (SILVA; MENEZES, 2001, p.9).

Essa lógica metodológica coliga de forma sistemática teoria e técnica, o que possibilitará a operacionalização do trabalho científico, considerado aqui como pragmático, posto que é um conjunto de ações com vistas a atingir os objetivos traçados, assim como uma “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade (MINAYO, 1993, p.23)”.

A dimensão historiográfica mais sujeita a oscilações de significado é precisamente a da História Social, categoria que por ocasião do surgimento dos Annales foi construída – ao lado da História Econômica - por oposição a História Política tradicional. Nesta esteira, houve quem direcionasse a expressão “História Social” para uma história das grandes massas ou para uma história dos grupos sociais de várias espécies.

Os objetos da História Social coincidem com subconjuntos da sociedade (grupos e classes sociais, categorias de excluídos, células familiares). Quando o historiador volta-se para o exame destes grupos humanos específicos no interior de uma sociedade, ou então para as relações conflituosas e interativas entre alguns destes grupos, seu interesse poderá se voltar tanto para a elaboração de um retrato sintetizado destes grupos sociais e de suas relações, como para incidência de questões transversais nestes grupos, nos termos do autor:

“(…) A História Social encara os fatos políticos e econômicos. As repercussões sociais dos fatos políticos e econômicos, seja nos grupos específicos ou em um conjunto mais amplo, devem ser também objetos privilegiados para os historiadores sociais. Isto nos leva a questão inicial, à qual ainda voltaremos outras vezes: não existem fatos políticos, econômicos ou sociais isolados”. (BARROS p. 112, 2004)

A História Social pode dirigir sua atenção para uma classe social, para uma minoria, para um grupo profissional, para uma célula familiar – ou seja, para um subconjunto específico da sociedade. Todos os fatos seriam sociais, uma vez que estariam ocorrendo no

interior da sociedade a partir dos relacionamentos dos homens e dos grupos de homens uns com os outros. Em consonância com a opinião de BARROS, “*a história social não apresenta mais objetivos específicos dentro da História: seu interesse é a sociedade como um todo (esteja ela estudando um país, uma grande região, uma cidade ou uma aldeia).*” (BARROS, p. 115, 2004).

Com relação aos já mencionados objetos da História Social, convém lembrar que se apresenta uma tendência cada vez maior para o exame da sociedade em toda sua complexidade, superando o manejo de categorias sociais estereotipadas e de dicotomias generalizadoras. As conexões da História Social com as devidas abordagens, podem se estabelecer tanto no nível dos tratamentos qualitativos, como no nível dos tratamentos quantitativos.

Da mesma forma, a História Social pode ser elaborada tanto do ponto de vista de uma Macro-História, que examina de um lugar mais distanciado aspectos como os movimentos sociais ou como a estratificação social de uma determinada realidade humana, como pode ser elaborada do ponto de vista de uma Micro-História, que se aproxima para enxergar de perto o cotidiano, as trajetórias individuais, as práticas que só são percebidas quando é examinado um determinado tipo de documentação em detalhe.

Não há limitações com relação ao que pode ser tomado como “fonte” para a História Social. É possível encontrá-las tanto na documentação de origem privada como na documentação oficial, por assim dizer. Existem também as fontes oriundas da cultura popular. Mas este tipo de fonte é mais propriamente relacionado com a História Cultural.

No que tange especificamente o estudo sobre feiras, partimos para tal com inferências que remetem este evento a Europa e lá buscamos examinar as práticas concebidas pelos feirantes e a partir da observação dessas práticas, procuramos assemelhar esses comportamentos aos praticados aqui no Brasil, seja a nível nacional, regional ou local.

Com recursos colhidos a partir da consulta a uma vasta bibliografia que nos possibilitou enxergar similitudes comportamentais no que tange ao objeto em estudo “Feira da Prata”. Através da observação dos feirantes daquele ambiente, visamos obter uma maior propriedade ao estudo em questão.

Trazer à tona as especificidades desse imenso museu vivo, arquivo da memória popular, campo de aprendizagem, de troca de idéias, de desenvolvimento da criatividade popular. Imergir o universo que se mostra oculto para o consumidor, assim traduzidos em dilemas e expectativas vividos por esses feirantes, seus anseios e planos futuros está entre nossos objetivos.

Como recorte espacial, iremos partir do “macro” para num segundo momento nos determos com mais incidência sobre o “micro”. Logo, como dissemos anteriormente, iremos procurar remeter atitudes comportamentais de feiras, feirantes e feireiros europeus, para num segundo momento atravessar o oceano Atlântico e observar como estes costumes se disseminaram no Brasil, com a multiculturalidade atribuída não só a europeus, mas também a habitantes do continente africano que para cá vieram e trouxeram suas especificidades em termos culturais.

No Brasil, iremos nos deter num primeiro momento as primeiras feiras e suas especificidades no território nacional, logo iremos abordar temas que envolvem a organização social que a feira vem empreender em uma comunidade, a periodicidade com que esta é realizada, sua função de suprimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Num segundo momento, nos debruçamos sobre seu vínculo com a região Nordeste e salientamos o fato delas estarem presentes em quase todas as cidades dessa região. No bojo dessas discussões inferimos o papel de difusão cultural que está aliado à formação de núcleos urbanos no interior da região o que deixa evidente os contrastes sociais existentes; a mobilidade social que deriva do desenvolvimento econômico e que tem como esteio a formação desses núcleos de comércio.

Em seguida, partimos para o Estado da Paraíba, mais especificamente a cidade de Campina e nesta localidade nos detemos em um primeiro momento a feira central que veio dar origem a cidade e mencionamos entre outros fatos, que a localização desta feira nas últimas décadas da monarquia servia para demonstrar qual partido político estava no poder.

Nossa pesquisa começa a tomar contornos finais quando abordamos as especificidades existentes que concernem a fundação e efetivação da Feira da Prata como centro comercial na cidade. Neste recorte, iremos partir para questões sociais e políticas que envolvem a criação desta feira. Buscaremos salientar a consciência do papel social de uma feira, aspectos de poder, neste caso, intrínseco a História Política da cidade que fora de forma relevante empreendido dentro de sua comunidade.

Como aporte teórico faremos uso de Michel de Certeau, para ele a escrita da História seria o discurso da separação, através do qual o historiador pretendia aprisionar o que da realidade que estuda transparece em seus resquícios (De Certeau, 1982, pp. 14-15).

O discurso histórico seria produzido de uma maneira deslocada em relação à realidade passada, uma vez que, para o autor, o passado não poderia ser apreendido plenamente, não só pelas limitações dos métodos historiográficos (recortes, triagem, inteligibilidade do presente), mas, principalmente, devido ao lugar de onde fala o historiador.

Para Certeau, a produção do historiador, portanto, deveria ser considerada “(...) *como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, um ofício, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” de que trata, e essa realidade pode ser compreendida “como atividade humana”, “como prática”. Nessa perspectiva, (...) a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita.*” (Certeau, 1982, p. 38).

Certeau salientou que o historiador produz seu trabalho a partir do presente, das preocupações de sua realidade, fazendo de seu discurso um "discurso particularizado", que tem um emissor, o historiador, e um destinatário, seja ele qual for, a academia, a sociedade de forma geral ou um grupo específico (Certeau, 1995, p. 224). Essa discussão implicou numa constatação vital para De Certeau: não se pode falar de uma verdade, mas de verdades (no plural).

Para Certeau, essa problemática teria outro patamar e outro caminho. A idéia de uma verdade universal foi igualmente refutada, porém, para o autor, o que a História poderia produzir eram *verdades*, subjugadas aos limites das pesquisas históricas e influenciadas pelo presente do historiador: "*A historiografia mexe constantemente com a história que estuda e com o lugar onde se elabora*" (Certeau, 1982, p. 126). O que se apreende é a preocupação de Certeau em não negar a possibilidade de alcançar *alguma* verdade.

A objetividade do discurso do historiador não estaria, portanto, mais relacionada com visões acabadas, definitivas ou fechadas; o trabalho do historiador residiria na busca de possibilidades, hipóteses de abordagem ligadas as suas preocupações específicas, daí a existência de *verdades*. Essa mudança de perspectiva introduziria a utilização da imaginação (não-ficcional) frente ao discurso homogêneo e seu uso mais profundo na construção da linguagem histórica (Certeau, 1995, p.225-226).

A maior parte dos aspectos aqui citadas das teorias de Certeau fazem parte dos questionamentos da historiografia. As saídas apontadas pelo autor encontram eco, em maior ou menor grau, nos trabalhos de vários historiadores, principalmente aqueles ligados à História Cultural. A multiplicidade cultural e a consciência da participação do historiador na construção de *verdades históricas* são preceitos já presentes nos debates da disciplina.

Certeau dedicou boa parte de sua vida acadêmica a tentar descrever uma possível antidisciplina em relação às estruturas da sociedade tidas como disciplinadoras – aquelas estruturas responsáveis, pelo menos em parte, pela formação de determinados comportamentos ou percepções da realidade. O objetivo do autor não foi negar a influência de

instituições como a igreja, família, escola ou mídia na formação de grupos sociais, mas chamar a atenção, principalmente de pesquisadores da cultura, para um movimento criativo e produtivo entre aqueles que acadêmicos e administradores (públicos e privados) julgam estar passivamente condenados.

No entanto, Certeau não apresenta uma receita para revolução. Quando discute a noção de tática<sup>1</sup>, o autor descreve uma “subversão comum e silenciosa” que não está relacionada a uma revolta local (1990, p. 293). Por que, então, teorizar uma antidisciplina que não entra em conflito direto com as estruturas disciplinadoras? Será que os movimentos táticos realmente alteram alguma coisa?

Para Certeau, a linguagem ordinária é o lugar comum para movimentos estratégicos e táticos (1990, p. 13). Assim sendo, as narrativas disciplinadoras passam a ser vulneráveis, já que o significado está ligado ao uso que o receptor faz da linguagem. É a partir desse pressuposto que se deve entender a famosa metáfora do indivíduo, talvez um administrador público, um urbanista ou um pesquisador, sentado no topo do World Trade Center, em Nova York, e a dinâmica dos transeuntes ao nível da rua (Certeau, 1990, p. 139).

A cidade é o lugar-comum. Como cada um a entende ou a utiliza depende de situações contingentes. O fato de estar no topo de um edifício não invalida a sua posição. Ela é uma entre outras. O estar no topo (panoticismo), no entanto, pode não ser a melhor posição para descrever a dinâmica social da cidade, embora possa representar a posição mais poderosa. O problema surge quando outros usos da cidade são ignorados. Pode-se até tentar impor uma determinada percepção, o planejamento dos urbanistas, por exemplo, mas as ações previstas dentro daquele espaço controlado não serão repetidas mecanicamente no ato performativo (uso) de andar pela cidade.

Quando discute as maneiras de usar a linguagem ordinária, Certeau apresenta uma “retórica do andar”, descrevendo um “estilo” equivalente a um “tratamento singular do simbólico” (1990, p. 150/151). Para o autor, as figuras de linguagem da retórica e a teoria da enunciação podem ser de grande utilidade para a descrição das “maneiras de fazer” quotidianas (1990, p. 56, 63).

Assim como o ato estratégico organiza o espaço próprio (lugar), o movimento tático também tem a mesma ambição. A diferença entre um e outro não está nos objetivos, mas no status de cada um. Um como o outro visa a organização espacial (Certeau, 1990, p. 180).

---

<sup>1</sup> O autor define “táticas” como uma série de procedimentos que usam as referências de um lugar próprio (de Certeau 1990, p. 64). Os movimentos táticos transformam o lugar próprio em espaços dinâmicos (lugar praticado). Já os procedimentos que controlam o lugar são definidos como “estratégias” (de Certeau 1990, p. 59).



Ambos implicam tratamentos criativos do lugar-comum (a linguagem ordinária).

Se levarmos em conta, as contribuições Certeau (1994), que desenvolve os conceitos de estratégia e de tática para compreender a multiplicidade de práticas que constroem o cotidiano.

Este expõe que as estratégias são cálculos de relações de força inseridos em um ambiente circunscrito e isolado de exterioridades. Por estratégia entende-se um conjunto de práticas que articulam espaço e poder, conferindo estabilidade espacial e temporal aos espaços que circunscreve. Nos espaços circunscritos pelas estratégias cria-se uma visão totalizante, própria, que os protege de ameaças externas à sua autonomia.

Enquanto as estratégias se relacionam com o poder exercido em um lugar próprio ou em uma instituição, as táticas se relacionam com a astúcia popular. Certeau (2000) apresenta as noções de estratégia e tática, relacionadas à atribuição de sentidos aos espaços públicos.

Já as táticas são contextuais e oportunistas, frutos da inteligência cotidiana. São práticas que se aproveitam de certa situação para gerar resultados imediatos. Por táticas entendem-se as ações que tentam subverter os usos esperados dos espaços estratégicos, praticadas por aqueles que não tem poder e que não são próprios daquele lugar. As táticas se apresentam na forma de contra-usos no interior espaços estratégicos.

Faremos uso também das concepções teóricas de Hannah Arendt (apud NUNES, p.2, 2004) e suas proposições que envolvem o público e privado. Com Arendt buscamos colocar em pauta a questão da feira pública em local privado, e é a partir das esferas pública e privada, as quais, segundo sua perspectiva, constituem os dois âmbitos de existência onde se desenvolve a *vita activa* do homem que iremos remeter a questão.

De acordo com sua teoria o Público designa, num primeiro sentido, tudo aquilo que é “conhecido por todos”, o que é aparente, o que tem publicidade. Em segundo lugar, público indica o que “pertence a todos”. A esfera privada, nessa ordem de idéias, não é tão-somente o contrário da esfera pública. As esferas só existem coexistindo; em outras palavras: o público só é concebível em contraste com o privado, a esfera pública supõe a preexistência da esfera privada.

A esfera social é um território híbrido, formado a partir da confluência das esferas pública e privada, sem ser, por isso mesmo, nem público e nem privado. A *sociedade* moderna não é mais que uma comunidade onde a tônica das atividades humanas é dada pela dimensão social do homem. Nesta sociedade, público e privado são conceitos que perderam o poder ordenador que lhes era peculiar na Antigüidade. Custa-nos menos compreendê-los teoricamente, contudo, do que crer que já tenham sido a expressão de uma

realidade concreta.

A esfera pública, num ambiente em que só a sobrevivência física merece cuidado coletivo, reduz-se a um núcleo restrito de governo que Hannah Arendt chama de *administração burocrática*, e que não passa da institucionalização dos meios de provimento das necessidades vitais dos súditos do Estado.

É interessante notar que Arendt (apud NUNES, p.3, 2004) trabalha a noção de esfera pública a partir da retomada em relação à esfera pública da antiguidade clássica grega, a qual, era ocupada obrigatoriamente por homens livres, ou seja, por homens que não estivessem sujeitos à atividade do *Labor* e por isso tinham condições de atuar com questões de interesse público.

De acordo com Hannah Arendt, (apud NUNES, p.5, 2004) o domínio público caracteriza-se por dois fenômenos fundamentais: (a) o da aparência, isto é, o ser visto e ouvido por todos, base para a nossa própria percepção da realidade e (b) “o próprio mundo na medida em que é comum a nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele”. Esta última dimensão da esfera pública apresenta a ideia de um lar feito pelo homem, quer dizer, do mundo como um artefato humano. A noção de mundo cumpre um papel importante neste contexto, pois ela envolve as coisas interpostas entre os homens, a partir das quais estes, ao mesmo tempo em que conservam lugares distintos, estabelecem uma relação.

Segundo a autora de *A Condição Humana*, (apud COUTO, p.4, 2004) a esfera pública é o local adequado para a excelência humana. Essa esfera é propriamente o espaço mundano que os homens necessitam para aparecer. Para Hannah Arendt, somente numa esfera pública, cuja preocupação maior seja a ação política, é que os homens podem aparecer *qua* homens. A esfera pública deve ser entendida como uma esfera propriamente autônoma. Ela não está subordinada aos ditames impostos pelas necessidades da vida (essa é uma preocupação da esfera privada).

Uma vez que o espaço público tem uma importância capital para a própria realização do homem, a esfera da vida privada acaba consequentemente sendo pouco valorizada. Na esfera privada o homem se encontra privado de algo, daí poder-se falar do “caráter privativo da privatividade”. Para os antigos, a vida privada privava os homens de suas mais altas e mais humanas capacidades. Recluso na esfera privada, não se dando a conhecer, o homem vivia como se não existisse, como se ele não fosse inteiramente homem.

O domínio privado é o domínio da necessidade, da futilidade. “Nada expelle o indivíduo mais radicalmente para fora do mundo que a concentração exclusiva na vida corporal, concentração esta forçada ao homem na escravidão ou na condição extrema de dor

insuportável”. Embora seja o domínio da necessidade e da futilidade, a esfera privada também representa o único refúgio contra o mundo público. Mas se esse refúgio se constituir num confinamento, então a esfera privada pode nos tornar prisioneiros da subjetividade, de nossa própria existência singular.

Poder-se-ia dizer que a esfera pública em Hannah Arendt (apud NUNES, p.7, 2004) representa a *oikos* e a *kome* abordadas por Aristóteles no início da *Política*. A esfera privada, portanto, engloba as atividades econômicas em geral. Hannah Arendt destaca, neste caso, a carência de sentido para os gregos de expressões modernas como “economia política”, dois termos cuja conjugação seria inconcebível para eles.

## 2. A FEIRA E SUAS ORIGENS.

As feiras-livres remontam ao período que o homem deixou de ser nômade e fixou-se sobre a terra. É a partir desses fatos históricos que esse passa a sentir a necessidade de trocar o excedente da sua produção. Destarte o fato de existirem registros de comércios dessa natureza 2000 a.c. Nesse momento histórico, conforme Mumford (1982), surgem duas formas clássicas de mercado.

Segundo Ana Duarte (1997), os mercados diferenciam-se das feiras pela periodicidade, posto que enquanto as feiras se realizam anualmente, os mercados são diários, semanais, ou mensais. O que se observa, de acordo com a autora, é o fato dos mercados, realizarem-se intercaladamente nas localidades de uma mesma área geográfica em dias da semana determinados ao longe de cada mês (DUARTE, 1997, p.153).

Conforme Henri Pirenne (1973), autor do livro "As cidades na Idade Média", mostramos a importância que as feiras-livres tiveram para o nascimento das cidades, pois os primeiros humanos ao exercerem suas trocas de mercadorias excedentes formaram as primeiras aldeias, que depois se transformaram em cidades. Aí está a destacada importância que tiveram as feiras livres no que concerne ao desenvolvimento do fator comercial na vida do homem.

A constituição do excedente de produção na história, como afirmara Marx, está diretamente ligada à divisão social do trabalho, que levou ao surgimento de diversas funções especializadas à sociedade, tais como o sacerdócio, a administração, a própria função militar e assim ao surgimento de atividades que possibilitariam um escoamento do excedente, como as feiras-livres.

Em consonância, Sousa (2004) afirma que a formação de excedentes de produção é “a principal causa da origem das feiras” (p.194). Segundo o autor, o intercâmbio das mercadorias se deu pelas necessidades de uns e o que sobrava de outros, ocorrendo, inicialmente, entre grupos e posteriormente em lugares, onde se poderiam encontrar as mercadorias que se necessitava, ou mesmo que não se pudesse produzir, primeiramente em espécie (mercadorias por mercadorias) e depois com a utilização de dinheiro (mercadoria por dinheiro).

Alguns autores atribuem sua gênese à Europa, durante a Idade Média, quando do desenvolvimento do comércio e das festividades religiosas. A própria palavra latina *feria*, que deu origem à portuguesa feira, significa dia santo, feriado. Nessa conjuntura, a preocupação com a subsistência era mais latente, porém uma economia primitiva surgiu paulatinamente no continente europeu. Através das trocas comerciais se buscava a lucratividade necessária para a acumulação de bens.

A prática de feiras periódicas, realizadas uma ou duas vezes por semana nos feudos, e posteriormente nas urbes era um instrumento de vida local e se constituiu numa forma de estabelecer um comércio de caráter fixo. O surgimento é concomitante aos primeiros burgos, quando as trocas comerciais se intensificaram. Na Europa, o processo consolidou-se a partir do século XI, com o desenvolvimento do comércio no Mar Mediterrâneo e com o estabelecimento das grandes rotas comerciais entre Ocidente e Oriente. (SACCO DOS ANJOS; GODOY; CALDAS, 2005).

A grande maioria das cidades dos séculos XII e XIII não possuía um comércio permanente, devido a vários fatores. Entre eles podemos elencar a inexistência de meios de transportes desenvolvidos que garantissem o abastecimento cotidiano dos mercados e lojas e a incipiente procura por mercadorias. Muitas destas localidades não conseguiam manter um comércio permanente devido a sua localização.

A sua realização era feita de forma itinerante justamente pelo fato de não haver uma constante procura por mercadorias. Os comerciantes tinham que se deslocar de um lugar para outro e a partir daí, o comércio aumentou em grandes proporções, e em virtude desse tipo de comércio, foram criados povoados próximos aos locais de sua instalação.

Quando os camponeses não conseguiam vender nos mercados a produção excedente, trocavam por outros produtos nas ruas a um preço mais baixo. Com isso, as trocas comerciais realizadas nos centros urbanos possibilitaram a padronização dos meios de troca e incentivaram a criação de uma estrutura bancária. Realizadas estrategicamente em áreas onde rotas comerciais se cruzavam, dois fatores curiosos é que durante elas interrompiam-se guerras e a paz era garantida para que os vendedores pudessem trabalhar.

Também aconteciam algumas vezes ao ano, e quase todas eram realizadas em épocas relacionadas com festas da Igreja Católica. Outro ponto é que desde essa época, a celebração já estava presente nas feiras. Durante as compras, dezenas de saltimbancos, fazendo malabarismos, procuravam divertir o povo que se movia de barraca em barraca.

Alguns autores atribuem à Idade Média, a oficialização das feiras, em consonância com a opinião de que as feiras tem sua gênese e conseqüente consolidação vinculada à Idade Média citamos SOUTO:

“as influências das atividades comerciais de Bizâncio foram vis não somente para a Idade Média, mas até para a Idade Moderna, pois o renovado contato comercial com o Oriente foi uma das causas principais do aparecimento de muitas cidades do Ocidente europeu e a concorrência comercial estimulou os descobrimentos e a expansão da civilização européia no século XV” (SOUTO, 1978, p. 190)

Segundo Sousa (2008), “as principais causas da origem da feira livre foram a existência de excedentes de produção e a necessidade de um espaço físico no qual se pudessem reunir os produtores para comercializar esses excedentes, trocando-os por mercadorias que eles não produzissem”, com as sobras de uns, contra as faltas de outros, é que houve a necessidade de intercâmbio de mercadorias, a princípio em inter-grupos, sem a exigência de um local específico, onde a demanda é que suscitava a procura e assim o livre comércio.

A existência das feiras foi uma conseqüência natural de um ambiente que congregasse todos os produtos que estivessem disponíveis para outrem; e, neste contexto, seria importante que se trocassem seus excessos em busca de outros produtos que não se houve condições de produzir. Com isto, verifica-se sua importância para os tempos modernos.

As autoridades tinham grande interesse quanto à colocação de feiras em suas regiões, porque, em verdade, aumentaria o fluxo de recursos para aquele ambiente, como da mesma forma se negociariam os da própria localidade.

Nesse contexto, elencamos também o fato delas servirem de intercâmbio entre as várias nações, criando verdadeiros “blocos econômicos” na Europa Ocidental, com a participação de mercadores de diversas partes do mundo, onde o Senhor oferecia salvo-conduto aos participantes, como aconteciam nas feiras de Champagne, na França.

Ela passa a exercer um papel importante na implantação do dinheiro, na manutenção do capitalismo e no surgimento das aglomerações urbanas. Um exemplo a ser mencionado é a Cidade de Veneza (Itália), devido à sua localização que facilitava a chegada e o escoamento da produção o que a caracterizou como um importante entreposto comercial.

Muitas se tornaram famosas, como a da Abadia de Saint Denis, na França. Havia apoio das autoridades locais à concessão de proteção e de salvo conduto aos mercadores, à armazenagem, à isenção de impostos, e perseguição a comerciantes desonestos, apoio que carregava a intenção de aumentar o poder e a opulência da burguesia e do clero. A Igreja Católica via a atividade como pecado, como ofensa à lei divina. (SACCO DOS ANJOS; GODOY; CALDAS, 2005).

Ocupam papel de relevância no cenário mercantil, pois desde muito cedo foram percebidas como mercado de troca existente, tendo as cidades como locais onde essa atividade estava provavelmente concentrada. Entretanto, foi no medievo, diante da troca de produtos e do desenvolvimento das forças produtivas com o renascimento comercial, que as feiras se constituíram como locais que favorecem o desenvolvimento comercial.

Para Braudel as feiras possuem duas funções, econômica e de divertimento. Considera ainda as feiras como uma economia de grande porte e muito importante para o desenvolvimento do capitalismo nas regiões onde se instalam. Segundo ele, a sua origem é muito mais antiga que o renascimento comercial ocorrido na Europa no século XI, onde se deu grande desenvolvimento das trocas.

As feiras são velhas instituições, menos antigas que os mercados (nem sempre), mergulhando no passado de intermináveis raízes. Em França, erradamente ou não, a investigação histórica recua as suas origens para lá de Roma, até a longínqua época das grandes peregrinações célticas. O Renascimento do século XI no ocidente não seria a partida do zero (que se assinala normalmente), visto que subsistiam traços de cidades, de mercados e feiras de peregrinações, em resumo, hábitos que bastariam retomar.

No tocante a prática de seus cumprimentos, elas eram realizadas em períodos regulares, tendo seu próprio ritmo. Cada uma procura funcionar em períodos alternados (circuitos) para assim haver compatibilidade. Esses circuitos consistem na organização das feiras de várias localidades, acontecendo em períodos diferentes, sendo assim, os feirantes podem participar de várias feiras e terem tempo para se abastecer de novas mercadorias. Como exemplo as feiras do Reino de Nápoles no século XV, aceitava dependências recíprocas, facilitando, dessa forma o abastecimento e a perpetuação dos circuitos.

Enfim, podemos aludir que a feira é um local privilegiado onde as manifestações culturais de uma sociedade estão presentes. Ela apresenta-se como um tecido venoso, por onde afluem valores sócio-culturais e preceitos econômicos e ideológicos. Atentemos para uma provocação mencionada por Montesquieu que nos incide uma reflexão sobre o ato de comerciar com outrem:

“O comércio fez com que o conhecimento dos costumes de todas as nações penetrasse em toda parte; comparavam-nos mutuamente e disso resultaram grandes benefícios. As leis do comércio aperfeiçoam os costumes, pela mesma razão pela qual estas mesmas leis deturpam os costumes.”(MONTESQUIEU. 1998, p.11)

A mentalidade implementada pela antropologia e pela sociologia conservadoras que resgata da feira apenas o feirante e o consumidor diretos, peca, por humilhar ou mesmo desmerecer o produto, o produtor e tudo que integra os bastidores da Feira Livre. Há que se compreender, todavia, a feira não como um final de um ciclo, mas como instrumento de um efetivo desempenho na dinâmica de insumos e consumos. A feira livre nesse aspecto integra a vida sócio-econômica da região como esteio de fundamentação e efetivação do trabalho como prática de sobrevivência e consagração dos valores civilizatórios.

### 3. FEIRAS NO BRASIL

A origem das feiras livres no Brasil confunde-se com a própria história. Desde o período colonial elas assumem importante papel, não apenas no abastecimento dos primeiros adensamentos humanos, mas como fundamental elemento que estrutura a própria organização social e econômica das populações. Mesmo hoje, em plena sociedade da informação e da economia globalizada, as feiras persistem como um traço sócio-cultural que identifica regiões e realidades muito distantes.

Elas atravessaram os tempos, adaptando-se a cada sociedade, tipos de economias, sobrevivendo a entraves como poderio centralizador, limitações para sua efetividade, entre outros. Essas chegaram até nós, trazidas pelos portugueses ao fundarem as primeiras cidades na Colônia, construíram-nas nos moldes das cidades portuguesas, isto é, cidades empórios. Esta denominação lhes era dada porque, as cidades portuguesas tinham em sua origem a função de verdadeiras concentrações comerciais que agregavam em seu bojo um núcleo acumulador de mercadorias captadas no seu entorno, sendo dependentes do rural que as circundavam.

Em nosso país, as feiras-livres se fazem presentes como importante tradição cultural ibérica implantada pelos colonizadores. Nesse contexto afirma-se que as feiras medievais portuguesas, cuja periodicidade chegava a ser até semestral ou anual devido à intensa e rigorosa preparação que exigiam, refletiram na organização das feiras brasileiras.

Existia a presença das populares quitandas ou feiras africanas, que eram mercados em locais preestabelecidos que funcionavam ao ar livre. Vendedoras negras negociavam produtos da lavoura, da pesca e mercadorias feitas em casa. Do mesmo modo, uma grande variedade de produtos que chegavam de navio era comercializada informalmente na Praça XV, no Rio de Janeiro.

Como uma modalidade periódica de comércio, elas desempenham um papel importante no abastecimento urbano e para o rural possibilitou que esse contingente populacional conseguisse vender o que excede em sua produção e ainda pudesse adquirir produtos os quais não produziam desde ferramentas a roupas e utensílios domésticos. É nesse espaço vivido que evoluem e se desenvolvem as relações entre a cidade e o “campo”. E segundo uma forma de estrutura em que gênero de vida e modo de vida se organizam, centrados nos respectivos modos de produção (MOREIRA, 2005).

Vieira (2004) descreve que a feira é um importante mecanismo de suprimento de gêneros alimentícios e existe desde o período da colonização. Nos primórdios, as barracas se



localizavam nos portos, locais onde se vendiam pescados e outros produtos. A partir de então, este comércio adquiriu as atuais características de feira livre. Mas o comércio era, além de desorganizado, extremamente despreocupado com a higiene.

Uma das primeiras referências sobre feiras livres no Brasil vem do ano de 1687, quando, em São Paulo, no Terreiro da Misericórdia, oficializou-se a venda de gêneros da terra, hortaliças e peixes. As feiras que mais se assemelharam às atuais feiras paulistas aconteceram no final do século XVIII, com o desenvolvimento de praças de comércio para o abastecimento dos tropeiros, nas redondezas dos locais de pouso das tropas de gado. A partir de então, as feiras se expandiram por todo o Brasil, desempenhando importante papel no abastecimento urbano dos mais diversos tipos de produtos agropecuários. (SÃOPAULO, 2003 apud SACCO DOS ANJOS; GODOY; CALDAS, 2005).

Entendemos que a feira livre é considerada atividade realizada em local previamente designado, em instalações provisórias ou definitivas, de caráter cíclico, para comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, cereais, produtos de artesanato, pescado, aves, flores, plantas, doces, laticínios, carne de sol, lanches e confecções, etc.

Em todo país, existe abundante legislação que regulamenta o funcionamento das feiras livres. Geralmente, essas leis estão no âmbito do poder municipal e regularizam sobre implantação, licenciamento, grupos de comércio, critérios de aceitação de feirantes, localização, dias e horários de funcionamento, cobranças e/ou isenção de taxas, práticas comerciais, exigências sanitárias. Segundo Capistrano (2004), apesar da existência de leis e decretos, a maioria das normas exigidas não está sendo obedecida, uma vez que os órgãos fiscalizadores não priorizam as feiras.

A feira é uma questão socioeconômica relevante e atende a diferentes grupos sociais. Segundo Ribeiro (2005), os produtores rurais garantem a comercialização da produção, que de outra forma seria difícil nessa economia de pouca liquidez. Os autores ainda relatam que os consumidores ganham porque têm garantia do abastecimento regular, de qualidade e, principalmente, adaptado aos seus hábitos alimentares.

Por fim, também ganham os comerciantes locais, uma vez que após venderem seus produtos, os feirantes adquirem bens de consumo. De fato, os feirantes gastam tudo ou parte do que recebem no comércio da cidade, favorecendo a permanência do dinheiro na esfera municipal. Ribeiro *et al* (2005) observaram que a maioria dos feirantes comercializa produtos oriundos do seu próprio trabalho, criando uma interação direta entre produtor e comprador, uma relação valorizada pelos consumidores.

Nascimento (1999) argumenta que tal fato demonstra a importância da feira em contribuir para consolidar a relação campo/cidade, uma vez que coloca a produção rural para ser consumida no meio urbano.

A variedade de produtos concentrada num mesmo lugar e os preços reduzidos são dois grandes atrativos da feira, que possibilitam o consumo nas camadas da população de menor poder aquisitivo. A feira recebe consumidores com variadas capacidades de compra, no entanto, para o consumidor de baixa renda, se intensifica a importância da feira, tanto pelos preços praticados, como pela disponibilidade de produtos populares e pela facilidade de acesso.

Os baixos preços das feiras livres provocam a concorrência e contribuem para equilibrar o mercado. Comumente, nos dias de feira, os supermercados oferecerem promoções vantajosas para seus clientes.

As condições de trabalho nas feiras são precárias e oferecem baixa remuneração. Vieira (2004) entrevistou feirantes da feira do município de Taperoá/PB, que revelaram os motivos de sua permanência na atividade. Segundo a pesquisa, a falta de emprego é fator preponderante para a continuidade do trabalho frente a todas as dificuldades vivenciadas.

Conforme os preceitos de Santos (1979), a feira insere-se no circuito inferior da economia, por ser evidenciada a restrição de sua área de atuação e abrangência, sendo uma atividade constituída de baixo nível de lucratividade e que, conseqüentemente, tenderá a geração de uma concentração de pobreza em estado dinâmico cíclico.

Vieira (2004) destaca a feira como uma relevante fonte de sobrevivência para os comerciantes. Segundo o autor, para muitos, é a única fonte de renda ou importante complementação salarial. Da mesma forma, Dolzani e Jesus (2004) ressaltam a feira livre como uma possibilidade de sobrevivência para todos aqueles que se encontram à margem do processo modernizador e, portanto, há muito tempo não conseguem ter acesso aos direitos pregados por este ideal.

A feira se insere no setor informal, na economia de subsistência, contudo, tais aspectos não podem minimizar a sua importância: a feira é um espaço para comercialização da pequena produção rural; é a base de suprimento de gêneros alimentícios de pequenas cidades; é palco de luta pela sobrevivência tanto para comerciantes como para consumidores. A feira é uma relevante atividade que promove o desenvolvimento econômico e social.

Referente ao Brasil, SILVA(2009) destaca que: a localização das feiras, é um fator fundamental, por constituir um espaço privilegiado, a partir do qual muitas cidades surgiram e

no seu entorno aparecem outras atividades sejam elas comerciais ou sociais, mesmo tendo que em seguida mudar de lugar.

### 3.1 Feiras no Nordeste

As feiras têm uma grande vinculação com a região Nordeste do Brasil, já que é a partir destas, que ocorre o abastecimento das mercadorias destinadas a atender as necessidades da população caracterizando a presença de um mercado periódico que também atrai consumidores de cidades próximas, gerando fluxos de pessoas, capitais e mercadorias.

Assumem papel relevante na difusão cultural e formação de núcleos urbanos, principalmente no interior do Nordeste. Exemplos são as famosas e tradicionais feiras de gado, que no início da nossa colonização foram responsáveis pela formação de algumas das formas de povoamento que depois se transformaram em grandes cidades, núcleos econômicos e culturais.

Foi no Nordeste, durante o século XVIII, que as feiras tiveram importante papel nos primeiros povoados ou vilas, visto que eram os únicos espaços de comercialização dos poucos excedentes produzidos. Eram importantes praças de comércio de gado as feiras pernambucanas de Olinda, Goiana e Igarapé, e as baianas de Dias D'Ávila, Nazaré, Conceição da Feira e Feira de Santana. (LIMA, 2008).

O comércio de gado era quase todo efetivado nas feiras,

[...] que em dias certos da semana se realizavam em determinadas cidades e vilas que, por sua posição como entroncamento de estradas, pela proximidade com os mercados consumidores ou, então, das zonas de criação, apresentam-se como centros propícios para tal comércio (SOUZA, 1975, p. 174 *apud* CARDOSO; MAIA, 2007, p.521).

Assim, diversas cidades do interior nordestino passaram a ser conhecidas por causa de suas feiras de gado, como foi o caso de Quixadá e Baturité, no Ceará; Feira de Santana na Bahia, entre outras. Câmara Cascudo (1970, p.84), afirmara que os “velhos ‘currais de gado’ foram os alicerces pivotantes das futuras cidades” que mesmo se configurando como tais continuaram a estabelecer ligação direta com o campo, exercendo importante papel na vida dos seus habitantes.

Segundo Cardoso (1978), para quem nunca viu uma feira nordestina, é um fenômeno que:

“Espanta e atordoa. Espanta sobremodo pelo contraste flagrante entre a fartura da feira e a pobreza da área rural circunvizinha. Atordoa, pois é verdadeiramente caótico o seu aspecto, dada a imensa profusão de mercadorias que ali surgem, ora expostas em toscas barracas ora espalhadas pelo chão” (CARDOSO, 1975 *apud* CARDOSO; MAIA, 2007, p.521).

Em 1978, Cardoso já destacava questões como os contrastes existentes nesses espaços sociais que não se caracterizam como pontos de comercialização, mas também por seu caráter de reunião de pessoas e que, à luz de Mott (1979), essas ocorriam em todo o território brasileiro como manifestação de atividade comercial, em que pequenos produtores vendiam seus produtos, cultivados pelos mesmos ou os pequenos comerciantes revendiam mercadorias de necessidade imediata, cujas semelhanças estão diretamente ligadas à herança das feiras-livres portuguesas como retro citado.

A feira assume papel fundamental para o desenvolvimento econômico, na medida em que a partir dela é possível identificar as formas de organização espacial e as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Em muitas cidades brasileiras, as feiras são geralmente freqüentadas pela população local como também da circunvizinha. No caso específico do Nordeste é comum as cidades possuírem um prédio público onde funciona o mercado, havendo, por conseguinte dois espaços organizados nas feiras, um localizado dentro do mercado e outro localizado ao ar livre.

### **3.2 FEIRA DE CAMPINA GRANDE: e as origens do público e do privado entre nós.**

Entendemos que muitas feiras além de contribuírem para o desenvolvimento das cidades, também foram na sua origem responsáveis pelo surgimento da aldeia, que posteriormente se tornou povoado, depois vila, chegando a cidade, é o caso de Campina Grande-PB, situada na região nordeste, num local propício a cultura de mandioca, do milho e de outros cereais.

No século XVII foram se edificando as primeiras casas de taipa e em breve surgiu a primeira rua denominada rua das barrocas: Em função da agricultura, da mandioca, de ser pouso obrigatório dos boiadeiros e tropeiros, diante do seu posicionamento geográfico, situada nas bordas orientais do Planalto da Borborema, entreposto comercial para aqueles que atravessavam o rio São Francisco pelo interior, e para aqueles que iam do litoral para o interior e do Sertão para a costa.

Em 1826 a cidade crescia em direção ao Sertão, a cada dia que se passava Campina Grande ia se afirmando como cidade-mercado, com influência em todo o interior nordestino, ao mesmo tempo em que se tornava porta oriental do sertão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. No início do século XIX a feira de gado tornou-se a mais importante do interior nordestino, a de cereais encontrava concorrência com as feiras de Areia (que atraía os tropeiros do Seridó e Curimataú), Icó ( no Ceará, que desviava a parte dos tropeiros do Sertão Paraibano), Limoeiro e Timbauba de Mocós em Pernambuco.

Antes do crescimento ocorrido no início do Século XX, devido a cultura do algodão, foram as feiras que representaram a principal atividade econômica da localidade. Entendemos que a cidade de Campina Grande e suas feiras é um fenômeno social dos mais curiosos do Nordeste, que chama a atenção de visitantes e estudiosos de todas as partes do Brasil e mesmo do exterior. Sua função econômica é responsável pela caracterização de Campina Grande como cidade-mercado, pois vem constituindo, desde a sua fundação, a razão do desenvolvimento da cidade e espelho do espírito empreendedor de sua gente.

Se entendemos que as feiras podem funcionar como espaços de poder, seja no âmbito político ou social, mencionamos que na cidade, ainda em seu período colonial, havia uma árdua disputa pela localização destas, para alguns autores o domínio de uma feira, pode significar muito mais de que uma simples forma de comércio, e esse poder fica evidente quando o proprietário do mercado tem pretensões políticas.

Não obstante, aludimos o fato de que a localização das feiras em Campina Grande nas últimas décadas da monarquia, servia para demonstrar qual partido político estava no poder. Havia uma relação difusa no que tange essa localização, o lugar de sua transferência

demonstrava o indicador público do domínio partidário.

Nos termos de GURJÃO<sup>2</sup>; Os partidos estavam divididos entre: Partido Liberal (famílias antigas, grandes proprietários rurais) e o Partido Conservador (comerciantes vindos de fora que se estabeleciam na cidade, “burguesia urbana”).

Quando ocorria na corte a mudança de gabinete, imediatamente em Campina Grande buscava-se fazer a transferência do local da feira. O lugar da sua transferência demonstrava o indicador público do domínio partidário. Se o funcionamento era na Praça Municipal em frente ao mercado de Baltazar Luna, o Partido que dominava era o Liberal, se era na Rua do Seridó no Mercado Novo de Alexandrino Cavalcante, o Partido Conservador estava no poder.

A mudança da feira não era um ato simples, se realizava por projeto de lei, a ser aprovado pela Assembleia Provincial e sancionada pelo presidente da Província. A feira era deslocada muitas vezes contra a vontade da população. A primeira Lei foi a de número 62, de 18 de julho de 1862, sancionada pelo Presidente Francisco de Araújo Lima. O artigo 1º :

“As feiras da Vila de Campina Grande e povoações de seu Termo se farão no dia de sábado de cada semana nos seguintes lugares: a da Vilar no lugar em frente à casa de Baltazar Gomes Pereira Luna (...). Os que se reunirem, ou induzirem o povo a se reunir em lugar e dia diferentes, sofrerão a multa de trinta mil réis e cinco dias de prisão.” (ALMEIDA; 2005: 270).

A realização da feira, desde a povoação, não era no sábado, como afirmava a lei citada, mas sim aos domingos até o ano de 1839, assim como funciona na contemporaneidade a Feira da Prata, sua mudança se dará quando da passagem do Bispo de Olinda, D. João Perdigão, em passagem pela vila pediu a transferência para o sábado.

Em relação à limpeza do local onde se realizava as feiras, não era de obrigação do Poder Municipal, mas dos feirantes, previsto no artigo 2º da Lei número 62: “Os proprietários das casas mencionadas no artigo. Antecedentes deverão varrer as testadas das mesmas em toda a compreensão da feira, antes e depois dela concluída. Os infratores pagarão a multa de dois mil réis.” (ALMEIDA; 2005: 271)

As exigências municipais em relação ao silêncio e ao comedimento das palavras no ambiente da feira eram rigorosas. Nada de gritarias e emprego de palavras obscenas, o artigo 6º, prescrevia 48 horas de prisão para o transgressor.

Com os vários deslocamentos da feira pela cidade, de acordo com a facção dominante, dentre os vários episódios ocorridos um merece destaque, por causa do abaixo

---

<sup>2</sup> Ver em GURJÃO, Eliete Queiroz, Para Onde o Poder Vai, A Feira Vai Atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia à República Nova. In: Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande. Eliete de Queiroz Gurjão (org). João Pessoa: A UNIÃO Editora, 2000, p.29-56.

assinado, com grande numero de assinaturas, enviadas à Câmara Municipal, pedindo a transferência da feira para a Praça da Independência que oferecia maiores vantagens públicas do que a Praça Municipal que tinha o terreno ladeiroso e irregular.

A Câmara tomou conhecimento do abaixo assinado e concedeu a transferência para a Praça da independência. Essa transferência mostrava a insatisfação da população com a localização da feira na Praça Municipal que estava sob o controle dos liberais e a necessidade de se transferir para um lugar mais conveniente que seria nesse momento, relatado no abaixo assinado, a Praça da Independência, pois tinha um terreno plano, com largo espaço para o estabelecimento da feira.

Araújo afirma que;

“A feira foi um dos elementos que consolidou a origem e o desenvolvimento da cidade de Campina Grande, que passou de povoado e vila para cidade, diante da grande representação econômica que apresentava naquele momento ‘graças’ a feira de gado, de cereais e de algodão.” (ARAÚJO, 2002, p.30)

A feira foi também palco de brigas e tumultos, de resistência ao novo, envolvendo comerciantes, policiais, políticos. Temos como exemplo de conflitos e resistência a revolta de “Quebra Quilos”<sup>3</sup> ocorrida no ano de 1874 e o caso dos “Rasga Vales”<sup>4</sup> em 1895. Segundo Elpídeo de Almeida<sup>5</sup>, este último fato teria ocorrido em função da falta de moedas para a concretização das transações comerciais. Com isto, alguns comerciantes usavam como alternativas os vales. Porém, como o código penal brasileiro naquele ano, proibia essa atividade, os emitentes foram processados e posteriormente inocentados pela justiça.

No final do século XIX, a cidade destacava-se das demais cidades paraibanas como espaço propício para centralizar o comércio do interior, condições que haviam sido construídas ao longo do seu surgimento e desenvolvimento. A situação privilegiada da cidade, situada no meio de regiões fisiográficas diferentes e ponto de cruzamento de estradas, tornou possível esse sistema de trocas de produtos e de idéias, entre o litoral e as diversas

---

3 Os revoltos invadiram a feira de Campina Grande, quebraram os pesos, e destruíram os cartórios e o Arquivo Municipal. O protesto estava relacionado principalmente contra o estabelecimento do sistema métrico decimal francês. Ver ALMEIDA, Elpidio de. História de Campina Grande, Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1962. P. 147 a 159.

4 Neste período a cidade estava sendo administrada pelo prefeito Francisco Camilo do Partido republicano e os emitentes dos vales eram adversários Políticos do partido Autonomista, Cristiano Lauritzem, Alfredo Espínola e Lindolfo Montenegro. Possivelmente, as brigas políticas foi um dos fatores para o desenvolvimento dos fatos. Ver CÂMARA, Epaminondas. Op. Cit. p. 75.

5 ALMEIDA, Elpídeo. Op. Cit. p.255



regiões interioranas. Logo se transformou em ponto de encontro entre tropeiros<sup>6</sup> e boiadeiros que se deslocavam do interior para o litoral.



<http://1.bp.blogspot.com>, (rua Maciel Pinheiro em 1928)

acessado em 18 de outubro de 2011

Já no século XX, mais precisamente em meados das décadas de 20 e 30, a feira era realizada aos sábados e quartas feiras no centro da cidade, ocupando várias ruas entre elas, a Maciel Pinheiro e a Venâncio Neiva. Surgindo desses encontros, a feira projetou a cidade a nível regional. De início predominava o comércio de produtos agrícolas, principalmente a mandioca, produto largamente consumido pela população da província. Posteriormente com o desenvolvimento da pecuária, passaram a ser realizadas duas feiras, uma de gado na quinta-feira e outra de gêneros alimentícios nos sábados.

Com a ascensão da economia algodoeira, as funções da feira foram ampliadas e dinamizadas, transformando a cidade no maior centro de abastecimento das demais feiras do interior da Paraíba.

Nos termos de Nascimento:

“Nos dias de feiras, a cidade se transformava numa grande festa, recebendo, além dos feirantes e funcionários da administração da feira, os fregueses, os balaieiros, os carregadores, os cantadores, os embaladores de coco, e os mendigos e prostitutas. Cada um contribuindo a sua maneira para a agitação pela qual passava a cidade naqueles dias.” (NASCIMENTO p.68 2995)

As feiras realizadas em Campina Grande contribuíram para a introdução de novos hábitos e costumes, através da divulgação da moda, novos termos linguísticos, divulgação de

---

<sup>6</sup> Tropeiros é um termo que se refere aos homens e às tropas de animais com mercadorias para negociar nas cidades do interior do Brasil. E os boiadeiros tocavam o gado para o corte.

informações e idéias; também favoreceu à apropriação, pela modernidade, desse espaço, criando mecanismos de disciplinarização social e comercial, através de várias medidas: como a cobrança de impostos, organização do espaço urbano, medidas de higienização, moralização dos costumes, combate ao banditismo e as desordens sociais. Para manter a ordem e a disciplina social, o Estado moderno utilizava-se da lei enquanto código regulador das relações comerciais e sociais, controlando o comportamento dos homens em sua vida pública e privada.

Entre 1930 e 1945, Campina Grande foi, segundo o historiador Fábio Gutemberg Ramos, palco de uma atribulada reforma urbana que marcou a vida de seus moradores. Para ele, haviam se tornado comuns no Brasil:

“... as preocupações com o saneamento e embelezamento das áreas centrais das cidades e os planos para seu posterior crescimento; neles era cada vez mais freqüente a incorporação dos fluxos de transportes e automóveis, ao mesmo tempo em que as principais epidemias que haviam assolado as cidades no século XIX estavam sob relativo controle”. *In: Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 46, p. 62. 2003.*

Um aspecto da reforma urbanística em Campina Grande foi a transferência dos prostíbulos de suas ruas centrais para áreas afastadas e a destruição da cadeia postada na principal praça da cidade. A reforma urbanística se relacionava com as mudanças estéticas e higiênico/sanitárias, inspiradas na medicina social, que já vinham sendo feitas em algumas capitais brasileiras desde a segunda metade do século XIX.

Na contemporaneidade a feira não difere no seu conjunto das demais feiras livres do Nordeste, principalmente aquelas mais semelhantes como a de Caruaru e a de Feira de Santana. Existindo duas vezes por semana – quartas-feiras e sábados -, a feira de Campina Grande atende ao abastecimento e ao comércio de vasta população que a ela se dirige nesses dias, numa repetição de várias gerações, mantendo ainda hoje um tipo de interação econômica e social cujas origens se identificam com a história da própria cidade.

Campina Grande conta com cerca de oito feiras livres, as mais conhecidas são: a principal (Mercado Central), as Arcas Titão e Catedral e a Feira da Prata.

Entendemos que a que a localização das feiras na cidade de Campina Grande esteve por um longo período ligada a interesses político-partidários e dessa forma atrelada as relações de poder travadas principalmente pelos políticos, a relação entre o público e o privado era intrínseca. Contudo o público em termos legais só existe quando se institui a

República e as pessoas adquirem a cidadania.

Na contemporaneidade público se entende como tudo aquilo pertencente ao Estado e privado aquilo pertencente à sociedade civil, ao cidadão comum. Essa visão encontra-se tão arraigada na sociedade que parece loucura querer argumentar que ela não apenas é falsa, pior ainda, dela decorre uma série de incorreções teóricas e práticas que levam a equívocos sobre o papel tanto do Estado como dos cidadãos.

Essa distinção entre público e privado aparece e decorre de uma visão política criada pelo regime republicano<sup>7</sup>. Distinção não significa necessariamente uma contraposição, mas áreas diferenciadas da atuação social que se complementam com o objetivo de satisfazer uma coletividade.

Nos termos de FREIRE; dentro do republicanismo, o privado é aquilo que está afeito e dentro do âmbito da particularidade dos indivíduos, o que de forma alguma exclui sua função pública, uma vez que as particularidades se entrecruzam na existência social e se imbricam na construção da sociedade; eis uma das peculiaridades que o republicanismo nos brindou. A propriedade privada não é um lugar onde se pode exercer um domínio ilimitado, mas o contorno de uma extensão sob o cuidado de particulares. Antes de ser uma ampliação da liberdade, é uma limitação, uma privação<sup>8</sup>.

Ainda com FREIRE; o público é aquilo que está afeito e dentro do âmbito da comunidade cívica dos cidadãos, o que é comum, que expande e potencializa as particularidades numa totalidade maior, podendo ser uma cidade, uma nação ou um país. É mais do que a soma das individualidades, pois daí se teria apenas uma multidão ou uma extensão territorial: não é uma mera soma aritmética, mas uma fusão que resulta em força moral e cultural, que forma uma identidade nacional.

O Estado recebe as incumbências delegadas pela sociedade civil que compartilha o ônus da sua manutenção, do seu desenvolvimento e destino. Portanto, se constitui duas esferas de atuação, distintas, mas complementares, ficando parte dos deveres na mão do Estado e parte na mão das pessoas privadas. Aqui sim podemos observar uma primeira contraposição,

---

<sup>7</sup> Segue-se aqui a designação de Renato Janine Ribeiro que fala em regime político quando se refere a República, tanto no texto *A República* como no texto *A Sociedade Contra o Social*. Optou-se pela utilização do termo regime ao invés de entrar numa discussão sobre a distinção entre formas de governo e formas de Estado, se a República é uma forma de governo ou uma forma de Estado. O termo regime pode designar a forma de governo como de Estado interpretado como aquilo que dá à cidade seu caráter, determinando o fim que a cidade em questão persegue ou aquilo que considera o supremo, e simultaneamente o tipo de homem que governa a cidade. Essa questão importante sobre as distinções entre governo e Estado não cabem nesse momento.

<sup>8</sup> Sobre essa questão é interessante a leitura de *A Condição Humana* de Hannah Arendt, em particular o Cap. II – *As esferas pública e privada*. Nesse capítulo ela nos coloca diante dos problemas que acarretam a saída da vida privada para a entrada na vida pública.

aquela existente entre o privado e o estatal; há coisas administradas por particulares e há coisas administradas pelo Estado, que muitas vezes podem entrar em confronto.

O quê, o como, a quantidade e a intensidade da esfera dessas atuações depende da capacidade pública da sociedade; quanto mais forte e estruturada a sociedade civil, menor a necessidade e a atuação do Estado e mais limitada sua coação sobre o cidadão. Numa República, o privado deve ter (caso contrário será expropriado) uma função pública, atendendo não apenas as necessidades individuais do proprietário, mas igualmente a coletividade que lhe garante a privacidade e dela dependente para aumentar ou manter seus bens.

O comércio, o sistema financeiro, as terras, as residências, a indústria, a educação, a saúde, enfim, tudo tem uma função e atuação pública e está submetido ao cumprimento de seus deveres sociais. Não se pode criar um prostíbulo numa moradia que se encontra em área residencial, assim como não se pode criar uma pocilga, ou uma indústria asfáltica, poluente, ou armazenar material radioativo ou tóxico, simplesmente porque se é proprietário do imóvel onde abrigará essas coisas.

Ser proprietário numa república significa que a posse está limitada ao interesse público, privada da onipotência do proprietário. O comércio, por exemplo, é uma atividade pública por excelência e igualmente encontra-se limitado aos interesses da coletividade e não apenas do proprietário do empreendimento: ele é obrigado a fornecer mercadorias de boa qualidade, que não estejam estragadas, caso contrário será punido pela sociedade; punido não apenas pela perda da freguesia, o que é uma decorrência comercial entre a oferta e a procura, mas pelas leis que protegem os direitos de cidadania do consumidor, ressarcindo a pessoa prejudica pela aquisição de uma mercadoria estragada.

Enfim, não há atividade, numa República, que não esteja afeita às interjeições do público, por mais privada que ela seja. Além disso, a qualquer momento, em função do público, pode-se expropriar uma propriedade em nome dos interesses maiores da sociedade, seja para construir uma estrada, uma avenida ou uma rua, ou para passar linhas de transmissão de energia, para construir represas para hidroelétricas ou captação de água para o abastecimento de cidades, para retirar minérios ou outras matérias primas necessárias ao desenvolvimento sócio-econômico, ou ainda porque a mesma não esteja cumprindo sua função social a contento, ou sendo utilizada em prejuízo da coletividade.

#### 4. Feira da Prata.



**Imagens da Feira da Prata, após revitalização.**

**Acessado em 07 de outubro de 2011.**

Há mais de cinquenta anos funciona no bairro da Prata a feira dominical que aos poucos foi se incorporando ao cotidiano da cidade e terminou por se consolidar como um verdadeiro patrimônio histórico e cultural em Campina Grande.

A Feira transformou-se num espaço de comercialização de produtos produzidos em Campina Grande e nas cidades circunvizinhas, principalmente, os hortifrutigranjeiros. Foi com essa característica que passou a atrair pessoas de todos os bairros da cidade porque encontram ali produtos baratos, frescos e de qualidade.

Pelo fato da feira estar localizada em um terreno privado, carecia de investimentos públicos, para isso a prefeitura da cidade, na primeira gestão do então prefeito Veneziano Vital do Rêgo (2004-2008), optou por comprar o terreno e a partir daí realizar investimentos com intuito de fazer a feira do bairro da Prata emergir não só como um espaço de comercialização de produtos tradicionais de uma feira, como também em local de divulgação da cultura nordestina, já que em seu projeto propunha espaços para comercialização do artesanato e apresentação de artistas da cidade.

Com objetivo de implementar um conjunto de ações sociais naquele espaço de tanta importância, a prefeitura fez um projeto orçado inicialmente em R\$4,5 milhões para a efetivação da construção da nova Feira da Prata que contribuiria de forma decisiva para o desenvolvimento da economia local.

Contudo, antes de iniciar as obras, seria preciso adquirir o terreno onde se localiza a feira e isso foi feito. A partir de informações colhidas no site: (<http://www.iparaiba.com.br/>), acessado em 22 de julho de 2010. Ao adquirir o terreno a prefeitura assumiu o compromisso de preservar a memória de Raimundo Viana de Macedo, atribuindo ao Mercado da Prata o seu

nome, de modo que o mercado seria intitulado “Mercado Municipal Raimundo Viana de Macêdo”.

O terreno da Prata custou mais de um milhão de reais, pagos em 8 parcelas. De acordo com o decreto 3.195, de 24 de abril de 2006, foi feita a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação de um terreno sob inscrição municipal nº 05.01.098.3.0456.001-871, ocupado pelo Mercado da Feira da Prata, com área total de 12.800 metros quadrados, ajustado o valor de 1.206.105,20 – um milhão, duzentos e seis mil, cento e cinco reais e vinte centavos, pagos em 8 parcelas.

Viana além de um grande latifundiário foi prefeito de Campina Grande de 1945 a 1946. Fundador do Jornal Praça de Campina, em 1934, do Rotary Clube, da Embrapa, da Sociedade rural e da Sociedade Beneficente dos Artistas. Construiu o edifício Prata e o Mercado da Prata e ajudou a construir a Igreja do Rosário e o Colégio da Prata. Viana também foi deputado estadual no ano de 1946.

Entretanto, vale salientar que nossa pesquisa tem como objeto de estudo a feira antes da aquisição pela prefeitura da cidade, abordamos as especificidades existentes que concernem a fundação e efetivação da Feira da Prata como centro comercial na cidade. Neste recorte, iremos partir para questões sociais e políticas que envolvem a criação desta feira. Buscaremos salientar a consciência do papel social de uma feira, aspectos de poder, neste caso, intrínseco a História Política da cidade que fora de forma relevante empreendido dentro de sua comunidade.

Para De Certeau, a produção do historiador, portanto, deveria ser considerada “(...) *como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, um ofício, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” de que trata, e essa realidade pode ser compreendida “como atividade humana”, “como prática”. Nessa perspectiva, (...) a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita.*” (De Certeau, 1982).

De Certeau salientou que o historiador produz seu trabalho a partir do presente, das preocupações de sua realidade, fazendo de seu discurso um "discurso particularizado", que tem um emissor, o historiador, e um destinatário, seja ele qual for, a academia, a sociedade de forma geral ou um grupo específico (De Certeau, 1995, p. 224). Essa discussão implicou numa constatação vital para De Certeau: não se pode falar de uma verdade, mas de verdades (no plural).

Objetivamos dessa forma, preservar a feira como fora idealizada pelo então proprietário Raimundo Viana de Macêdo. A partir dessa pesquisa, abordaremos como funcionava a feira em termos práticos de como uma feira pública operava num espaço privado, e também como se davam as relações entre os negociantes que comercializam naquele espaço



#### 4.1 FEIRA PÚBLICA, ESPAÇO PRIVADO



*Imagem obtida através de site [earth.google.com/intl/pt/](http://earth.google.com/intl/pt/)  
acessado em 22/10/2010*

Acima vemos a feira como fora concebida por Raimundo Viana. Ele foi o idealizador da Feira da Prata, realizou um grande empreendimento construindo um mercado moderno, “para os moldes da época” constituído de vários boxes em que seriam comercializadas diversas mercadorias. O mercado construído por Viana era formado por duas galerias paralelas compostas por boxes.

Na galeria da frente eram vendidos cereais e outros produtos, na galeria que fica situada por trás da feira existem tarimbas nas quais são vendidos vários tipos de carnes, ou seja, ali estão instalados os açougues. Também existe o largo do mercado, no qual estão instalados os boxes e as tarimbas, encontra-se aberto toda a semana, enquanto que a feira livre acontece sempre aos domingos.

A Feira tem seu papel sócio-econômico relevante no conjunto de atividades econômicas articuladas pela sociedade, promove um aquecimento considerável na economia local. Feira é dia de “fazer dinheiro”, e com ela surgem as diversas atividades diretas ou indiretas.

Emergem do marasmo, carregadores de bancas, crianças com seus carros-de-mão, os marchantes com sua equipe de tratadores de fato bovino, suíno e caprino, proprietários de caminhões trafegam com os produtores rurais, atravessadores mobilizam-se para o superfaturamento sobre colheita de agricultores pobres desprovidos de transportes, proprietários de bares, lanchonetes, restaurantes e fiteiros acordam cedo para o preparo de



suas guloseimas, enfim, uma feira mobiliza diversos seguimentos e aquece a economia de uma cidade.



Imagens obtidas através do site: <http://www.vitruvius.com.br>,  
acessado em 22/10/2010

Nos domingos, dia em que atinge seu auge, produtos dos mais variados são comercializados na Feira da Prata vendem-se desde frutas, verduras, carnes, peixes, aves, arroz, feijão, farinha, ervas e laticínios, até mesmo utensílios de casa, roupas, dvd's, relógios, cadeados, produtos de limpeza e ainda animais que vão desde silvestres (pássaros) até domésticos (cães e gatos). Enfim, um mundo de coisas possíveis. As bancas, por sua vez, são organizadas em fileiras criando corredores estreitos para o fluxo de pessoas, carrinhos-de-mão para transporte de mercadorias, bicicletas, ambulantes e para a realização de negócios. Este comércio não está somente preso à disponibilidade das bancas, realiza-se também no chão.

As bancas são colocadas na rua no dia anterior e montadas a noite para no dia seguinte, logo cedo, estar disponíveis para os feirantes que chegam de madrugada, importante salientar que alguns desses feirantes optam por dormir na feira já na noite do sábado o que possibilita organizar melhor suas mercadorias um dia antes. Já na madrugada, por volta de uma ou duas horas da manhã é possível observar alguns feirantes no local arrumando os produtos ou mesmo dormindo.

A feira tem seu movimento mais intenso às sete horas da manhã e costuma terminar por volta de uma hora da tarde, quando o negócio já está bem fraco e algumas bancas já desocupadas. Enquanto alguns feirantes ainda retiram suas mercadorias, pessoas do serviço terceirizado efetuam o desmonte das bancas e liberam, parte a parte, para que se dê o começo da limpeza.



Localizada próximo ao centro da cidade, a feira tem suas normas ocultas que muitas vezes só o próprio feirante tem ciência de sua existência, à exemplo da disposição dos produtos em determinados seguimentos sem que para isso haja uma predeterminação. A venda de todos os objetos e gêneros alimentícios obedece a uma distribuição geográfica que facilita a procura pelo cliente, ficando cada setor da feira em setores específicos. Acima observamos a feira de banana e percebemos que os comerciantes forram o chão com folhas de bananeiras e depositam ali suas bananas para comercialização.

As pessoas que ali comercializam e dela tiram o seu sustento são provenientes de cidades circunvizinhas, a exemplo de Lagoa Seca, Massaranduba, Alagoa Nova, Esperança...; Já outros comerciantes, por terem bancos na Feira Central da cidade, veem na Feira da Prata a possibilidade de incrementar sua renda, já que a Central não funciona aos domingos.

Ainda no que tange aos que ali comercializam, observamos que muitos fazem o “circuito” de feiras que abrange pequenos municípios localizados nos arredores de Campina Grande. Como se referem ‘vivem de feira’, e tem a possibilidade assim como acontecia na Europa na Idade Média de fazer esse ‘circuito’ e comercializar e viver nesse forma de comercio informal. Como exemplo podemos citar a Feira da cidade de Esperança no aos sábados , a da cidade de Puxinanã às segundas-feiras.

## 4.2 As táticas dos Feirantes



Existe um setor da Feira da Prata, que é chamado de “Feira de Troca”, (como vemos acima) neste espaço muitas pessoas levavam objetos usados vender ou trocar por algo que lhes fosse útil. Esses objetos iam desde os antigos vinis até peças de bicicleta, de vestuário, utensílios domésticos, ferramentas e até sucatas. Essa atividade por ser feita de mão em mão, sem pontos fixos, por ambulantes que dessa forma podiam burlar a estratégia do proprietário do terreno, primeiro por não precisar pagar pela colocação da banca, nem o imposto devido que era cobrado pela administração do mercado.

Outra característica marcante desse setor específico da feira era a comercialização de produtos roubados, motivo pelo qual era constante a presença da polícia que apreendia parte desses produtos e prendia alguns desses vendedores ou receptadores

Se levarmos em conta, as contribuições de Certeau (1994), que desenvolve os conceitos de estratégia e de tática para compreender a multiplicidade de práticas que constroem o cotidiano. Este expõe que as estratégias são cálculos de relações de força inseridos em um ambiente circunscrito e isolado de exterioridades.

Por estratégia entende-se um conjunto de práticas que articulam espaço e poder, conferindo estabilidade espacial e temporal aos espaços que circunscreve. Nos espaços circunscritos pelas estratégias cria-se uma visão totalizante, própria, que os protegem de ameaças externas à sua autonomia.

Certeau (2000) apresenta as noções de estratégia e tática, relacionadas à atribuição de sentidos aos espaços públicos. Enquanto as estratégias se relacionam com o poder exercido em um lugar próprio ou em uma instituição, que neste caso refere-se a Feira da Prata, as táticas se relacionam com a astúcia popular, no caso os feirantes que optam por não fixar-se em um local preestabelecido pelo proprietário.

Se as táticas são contextuais e oportunistas, frutos da sabedoria cotidiana, logo, são

práticas que se aproveitam de certa situação para gerar resultados imediatos. Por táticas entendem-se as ações que tentam subverter os usos esperados dos espaços estratégicos, praticadas por aqueles que não tem poder e que não são próprios daquele lugar. As táticas se apresentam na forma de contra-usos no interior dos espaços estratégicos.

Nesse contexto, apresentamos a feira como patrimônio cultural recheado de relações face a face, de ação e reação dos homens, implementando a cada instante na venda e na compra, produções de significado em suas falas que não atendem apenas pela observação de ordem lingüística, mas, sobretudo aspectos introjetados de história, social e econômica. Sabemos que os discursos tem uma relação ativa com a realidade, ou seja, o discurso é uma prática, não apenas de representação de mundo em significado.

Por essa razão, a produção de discursos representando a realidade dos feirantes e fregueses sejam tão variados, em que pese que todos procurar sintetizar o sentimento de lealdade, honestidade, honra e amizade, presente neste rico ambiente sócio-econômico.

Acreditamos que há uma relação dúbia no que tange o espaço público e privado no ambiente da Feira da Prata. Visto que a cidade tem outros mercados situados em bairros circunvizinhos a exemplo dos mercados dos bairros da Liberdade e das Malvinas, que são administrados pelo poder público. Logo a Feira da Prata é um caso único, e nem todos que frequentam este local se dão conta dessa peculiaridade, no inconsciente coletivo desses frequentadores a feira toma 'ares' de pública, e público nos termos de ARENDT, (apud NUNES, p.2, 2004) é tudo aquilo que é "conhecido por todos", o que é aparente, o que tem publicidade.

Contudo, os feirantes que ali comercializavam sabiam muito bem que o local era sim uma propriedade privada, os que tinham boxes de alvenaria pagavam aluguel e os que colocavam seus produtos em bancas de madeira ou muitas vezes no chão, pagavam uma taxa no fim da feira que era repassada a Raimundo Viana, mas até nesse aspecto existia a possibilidade de burlar mudando-se a todo momento e fugindo da vigilância encarregada da cobrança e popularmente conhecida como "o rappa", que era uma espécie de guarda alternativa encarregada de fazer valer a autoridade do proprietário.

Outro ponto a ser mencionado no que tange a discussão acerca da Feira da Prata é a prática de poder político intrínseca a este espaço. Pertinente ao fato, inferimos a relação entre o público e o privado diante da seguinte perspectiva, se a esfera pública é o local adequado para a excelência humana e essa esfera é propriamente o espaço mundano que os homens necessitam para aparecer; a Feira da Prata seria neste caso a esfera que Raimundo Viana tinha



para tornar pública suas ações, ou seja, seria a partir dessa esfera que ele evidenciaria para outrem sua ação política.

Tal fato não seria inédito na cidade, como já mencionamos anteriormente, ainda em seu período colonial a feira central da cidade era um espaço de atuação política, logo remetemos a Raimundo Viana a mesma prática que Baltazar Luna e Alexandrino Cavalcanti tiveram quando brigavam pela localização do mercado central. Raimundo Viana tinha noção do que estava fazendo, sabia muito bem utilizar a opinião pública, foi fundador de um jornal, apoiou causas nobres na cidade, logo podemos supor que a feira poderia ser um espaço de atuação política para o mesmo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível aplicarmos ao estudo em questão o “Conceito de cultura”, de forma que tal conceito diz respeito a relação com a natureza, entendendo por cultura tudo aquilo que não é natureza, mas sim a transformação dela, realizada pela ação humana.

Historicamente, as feiras adquiriram uma importância muito grande que ultrapassa seu papel comercial, transformando-se, em muitas sociedades, num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades congregavam-se estabelecendo laços de sociabilidade.

Comungamos com a idéia de que na atualidade, mesmo buscando a manutenção, conservação de algumas tradições, é quase impossível que elas se mantenham vivas, no decurso do tempo, sem alterações. Porém, o curioso é que neste mesmo período, com o capitalismo periférico se instalando numa velocidade acentuada e os supermercados luxuosos e higienizados, as feiras continuam a existir com características múltiplas, mas mantendo a idéia de espaço local de perambulações, procura de compras, vendas, trocas, consumo, paquera, prazer sociável, como entretenimento diverso, diálogos, amizades, furtos, vícios, enfim, polissímicas sociabilidades.

Lugar onde se evidenciam os encontros, as tradições, as conversas, as compras, vendas e permutas, enfim das múltiplas territorialidades, sejam econômicas, políticas ou culturais, tecidas em mudanças que se misturam, se dissolvem, se transformam, no dia-a-dia, nas reproduções sociais, políticas e capitalistas da vida cotidiana.

Dessa maneira, a feira se institui, antes de tudo, em um espaço de mobilidades comerciais e sociais onde, por meio das diversificadas transformações ocorridas nela, desde a localização geográfica aos produtos comercializados, além das formas de fazer a feira: atos, gestos, performances corporais, movimentos e dizeres, fomentados pelos atores sociais que freqüentam e transitam pelos labirintos das feiras. Tais dinâmicas, ergue-se uma rede de sociabilidades vivenciadas pelos agentes sociais no âmbito dos territórios construídos e reconstruídos.

A feira livre é uma das mais elementares entre as formas contemporâneas de organização dos mercados, sendo uma das mais disseminadas no Brasil e a mais centrada na cultura popular. Com o aumento das concentrações urbanas, cedeu espaço a outras formas de organização de mercados varejistas permanentes (shopping centers, supermercados), os quais ampliaram a sua oferta de serviços e se relacionam com outros tipos de lojas.

Mesmo assim as feiras não são menos importantes que essas formas mais modernas de

comercialização, já que a pequena imobilização de capital e a grande facilidade de se adaptar a novos pontos de venda lhes conferem um caráter de excepcionalidade ao suprimento do abastecimento in natura às populações de baixa renda, principalmente nas áreas periféricas das grandes metrópoles. (CASTRO, 1979 apud SILVA, 1990).

O contato direto e ativo entre vendedores e compradores cria uma relação social na qual cada indivíduo tem o pleno exercício de sua capacidade de escolher de quem comprar e para quem vender. Essa peculiaridade impede que os indivíduos isoladamente possam influenciar nos preços dos produtos, e estabelece-se um mercado competitivo que reflete a redução da margem total de comercialização, possibilitando, por um lado, um canal eficiente de escoamento de produção e, por outro, uma redução no preço final pago pelo consumidor. (CASTRO, 1979 apud SILVA, 1990).

Constituem-se num formato de varejo tradicional, normalmente ocorrendo em vias públicas, ao ar livre, em locais estratégicos de centros urbanos e em dias determinados. São caracterizadas pela predominância das instalações provisórias, sem loja física, onde cada feirante monta sua banca ao lado de outros, o que o obriga a conceber estratégias que o distingam dos demais. A feira livre é um canal que relaciona diretamente vendedor e consumidor final, permitindo que haja interferência na escolha do produto (que fica exposto ao manuseio ou prova) e barganha de preço, além da oferta de produtos a preços mais acessíveis. Isso torna possível identificar mais facilmente as necessidades e desejos do consumidor e melhorar os aspectos tanto da produção quanto da estrutura. (COLLA et al., 2007; PINHEIRO; SÁ, 2007).

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Elpidio de. História de Campina Grande - PB , Livraria Pedrosa, 1964.

ARAUJO, Giovanna de Aquino Fonseca. Múltiplos discursos sobre a Feira Central de Campina Grande – PB / Ed. Agenda, 2006. 168p.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. Monografia Especialização Feira Livre: Memória “viva” da cultura do povo campinense, ao final do séc. XX? Campina Grande, mimeo, 2002.

ARANTES, Antônio Augusto. O que é Cultura Popular. 5ª reimpressão, SP: Editora Brasiliense, 1998 (coleção primeiros passos; 36)

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. 352p.

BARROS, José D´Assunção. O campo da História: especialidades e abordagens / José de Assunção Barros – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929 - 1989): a revolução francesa da Historiografia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

BRAUDEL, Fernand. Os jogos das trocas. – Vol.2 – São Paulo. Martins Fontes, 1998

CÂMARA, Epaminondas, Os alicerces de Campina Grande: Esboço Histórico-Social do Povoado da Vila (1697 a 1864) Campina Grande, Prefeitura Municipal / Secretaria de Educação (Núcleo Cultural Português. Editora Caravela, 1999.

CAPISTRANO, D. L.; GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Feiras livres do município de São Paulo sob o ponto de vista legislativo e sanitário. Revista Higiene Alimentar, São Paulo, v. 18, n. 116/117, jan/fev. 2004.

CARDOSO, C. A. de A; MAIA, D. S. Das feiras às festas: as cidades médias do interior do nordeste. In: SPÓSITO, M. E. B. Cidades Médias: espaços em transição. SP: Expressão Popular, 2007. p. 517-550.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.



\_\_\_\_\_. "Quatre questions à hayden White", *Storia della Storiografia*, (24), 1995.

CASCUDO, Luís da Câmara. Tradições Populares da pecuária nordestina. Documentário da vida rural. N.9. RJ: Ministério da Agricultura, Secretaria de Informação Agrícola, 1956.

CASTRO, A. C et al. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese de transformações. Brasília, DF: BINAGRE, 1979. 270 p. (Estudos sobre o desenvolvimento agrícola, 7).

COLLA, C. et al. A escolha da feira livre como canal de distribuição para produtos da Agricultura Familiar de Cascavel - PR. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: SOBER, 45., 2007, Londrina. Anais... Londrina: SOBER, 2007.

DOLZANI, M. & JESUS, G.M. O direito a cidade: cem anos de feira livre na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.uerj.br>>. Acesso em: 05 fevereiro 2006.

DUARTE, Ana. Festas, Feiras e Romarias – Percursos na Costa Azul. Costa Azul, Ed. Costa Azul, 1997.

FERRETTI, Sergio. Reeducando o Olhar: Estudo Sobre Feiras e Mercados. São Luís: Edições UFMA; PROIN(CS). 2000.

FILHO, Lino Gomes da Silva. Síntese Histórica de Campina Grande, 1670-1963. Pesquisa e Relatos Históricos. João Pessoa – PB, Ed. Grafset, 2005. 272p.

FONTANA, J. *História Depois do Fim da História*. Bauru: EDUSC, 1998.

FREIRE, Roberto de Barros, O público e o privado, acessado a partir do site: <http://www.fflch.usp.br/df/geral3/roberto.html>, ultimo acesso 03 de agosto de 2011.

GURJÃO, Eliete de Queiroz, Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande, 2000.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro, ZAHAR Editores, 1976, p. 30

WHITE, H. A Rejoinder. A response to professor Chartier's four.questions. *Storia della Storiografia*, (27), 1995.

\_\_\_\_\_. Prólogo a Ranciére, In: RANCIÉRE, J. *Los Nombres de la Historia. Una poética del saber*. Nueva Visión, 1993

- JOFFILY, Irineu. Notas sobre a Paraíba. Brasília, THESAURAS, UFPB, 1977.
- LIMA, A. C. F. A construção do Ceará: temas de história econômica. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.
- MAIOR, Armando Souto. *História Geral*. São Paulo, Editora São Paulo, 1978.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. s/d. A Ideologia Alemã. Lisboa: Editorial
- MINAYO, M. C. de S.. O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde. 2ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec - Abrasco, 1993.
- MONTESQUIEU, L. O Espírito das Leis. Col. Pensadores. Vol 2. Editora Nova Cultura, 2000.
- MOREIRA, Ruy. Sociabilidade e Espaço (As formas de organização geográfica das sociedades na era da Terceira Revolução Industrial – um estudo de tendências. AGRÁRIA, São Paulo, Nº 2, pp. 93-108, 2005.
- MUMFORD, Lewis. A cidade na História: suas origens, desenvolvimento e perspectivas. 2ª Ed. SP: Martins Fortes, 1982.
- NASCIMENTO, H. O. As interações comerciais da Empasa – Campina Grande: produção de espaço, redes e consolidação dos territórios. Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju 1999
- NEVES, Joana. A construção de um mundo globalizado. São Paulo: Editora Saraiva:2002.
- PIRENNE, Henri. As Cidades da Idade Média. 3ª Ed.Trad. port. Lisboa: Europa-América, 1973.
- RIBEIRO, E. M. et al. Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. *Agriculturas*, v. 2, n. 2, jun. 2005.
- SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W. I.; CALDAS, N. V. As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.
- SANTOS, M. O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SILVA, Marcilio José da; LIMA, Gilvanice Marques de; SANTOS, Maria Sallet Tauk. "Uma Reflexão Sobre a Polissemia do Popular" – UFRPE - Extensão Rural e Desenvolvimento Local, 2008 [www.ufrpe-posmex.org/index.php/trabalhos-academicos/doc\\_download/25-uma-reflexaosobre-a-polissemia-do-popular](http://www.ufrpe-posmex.org/index.php/trabalhos-academicos/doc_download/25-uma-reflexaosobre-a-polissemia-do-popular) Último acesso - 02/2011

SILVA, Maria das Graças da. Feira de São Bento em Cascavel – CE (Festa a Céu Aberto).Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFC, Fortaleza, 2008.

SOUSA, L. G. A origem das feiras: memórias da economia: a realidade brasileira. [S.l.]: Eumed.net, 2004. Disponível em: <<http://www.eumed.net/coursecon/libreria/2004/lgs-mem/32.htm>>. Acesso em: 13 maio 2008.

VIEIRA, R. Dinâmicas da feira livre do município de Taperoá. 2004. Monografia. (Trabalho de conclusão do Curso de Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

#### FONTES ELETRÔNICAS

Site: [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt), acessado em 06 de outubro de 2011.

Site: <http://jusvi.com/autores/185>, acessado em 10 de outubro de 2011.

Site: <http://www.pmcg.pb.gov.br/transparencia/eixos/crescer/05.php>, acessado em 10 de dezembro de 2010.

Site: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Prata\\_\(Campina\\_Grande\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Prata_(Campina_Grande)), acessado em 04 de abril de 2011

Site:<http://www.iparaiba.com.br/noticias.php?noticia=166530&categoria=7&titulo=ajustamento+de+compromisso+assegura+que+raimundo+vianna+de+macedo+devera+ser+o+nome+da+feira+da+prata>, acessado em 02 de julho de 2011.